

Paulo Honório de Castro Júnior
Tiago de Mattos Silva

C F E M

Compensação Financeira pela
Exploração de Recursos Minerais

(Atualizado até a Lei nº 13.540/2017 e a Portaria nº 239/2018)



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2018, Paulo Honório de Castro Júnior.
 Copyright © 2018, Tiago de Mattos Silva.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
 Av. Brasil, 1843, Savassi
 Belo Horizonte – MG
 Tel.: 31 3261 2801
 CEP 30140-007
 WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR



Todos os direitos reservados.
 Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
 por quaisquer meios, sem a autorização
 prévia do Grupo D'Plácido.

1129362

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de; SILVA, Tiago de Mattos.

CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-959-5

1. Direito. 2. Direito Tributário. 3. Direito Financeiro 4. Direito da Mineração
 I. Título. II. Autor

CDU342

CDD341.39

D'PLÁCIDO



Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1. INTRODUÇÃO	21
2. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O ADVENTO DA CFEM	25
3. A NATUREZA JURÍDICA DA CFEM	29
3.1. Finanças públicas: classificação das receitas	29
3.2. A CFEM como tributo: críticas	36
3.2.1. Os trabalhos que defendem ser a CFEM um tributo	36
3.2.2. Críticas à qualificação da CFEM como tributo	42
3.2.2.1. O conceito constitucional de tributo	42
3.2.2.2. O conceito de receita originária na jurisprudência pátria: desnecessidade de a obrigação ter origem em um acordo de vontades	47
3.3. A CFEM como preço público: críticas	49
3.3.1. Os trabalhos que defendem ser a CFEM um preço público	49
3.3.2. Críticas à qualificação da CFEM como preço público	53

3.4. A CFEM como indenização: críticas.....	56
3.4.1. Os trabalhos que defendem a natureza indenizatória da CFEM.....	56
3.4.2. Críticas à qualificação da CFEM como indenização	59
3.5. Então, o que é a CFEM?	63
3.6. A evolução da jurisprudência sobre a natureza jurídica da CFEM.....	67
3.7. O RE nº 228.800/DF.....	73
4. A REGRA DE INCIDÊNCIA DA CFEM NAS LEIS Nº 7.990/1989 E 8.001/1990, ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 13.540/2017	79
4.1. Hipótese de Incidência.....	82
4.1.1. O critério material: aproveitamento econômico de minério	82
4.1.2. O critério temporal: saída por venda e consumo/utilização	85
4.1.2.1. A Orientação Normativa DNPM nº 07/2012 e a eficácia da regra que determina a ocorrência do fato gerador, por consumo, na descaracterização mineralógica.....	90
4.1.2.2. A Instrução Normativa DNPM nº 01/2002, aplicável às empresas que extraem e utilizam água mineral em balneários.....	95
4.1.2.3. A ilegalidade do art. 15, parágrafo único, do Decreto nº 01/1991, por violação às Leis nº 7.990/1989 e nº 8.001/1990, e sua inconstitucionalidade, por afronta ao art. 20, § 1º, da Constituição	97
4.2. O critério quantitativo: base de cálculo e alíquotas.....	101
4.2.1. Base de cálculo.....	101

4.2.1.1. A Instrução Normativa DNPM nº 06/2000	102
4.2.1.2. A dedutibilidade das despesas com transporte e seguro da substância mineral na apuração da CFEM: ilegalidade da IN DNPM nº 06/2000.	107
4.2.1.3. Dedução do transporte e do seguro na apuração da CFEM observando a IN DNPM nº 06/2000: transporte interno, transporte integrante da etapa de comercialização e transporte final.....	109
4.2.1.4. Transporte interno.....	110
4.2.1.5. Transporte integrante da etapa de comercialização.....	114
4.2.1.6. Transporte final (na etapa de comercialização)	116
4.2.1.7. Necessidade de destaque da despesa com transporte e seguro na Nota Fiscal de venda.	116
4.2.1.8. Inconstitucionalidade e ilegalidade da IN DNPM nº 06/2000 ao se imputar saldo residual de tributos não cumulativos na base de cálculo da CFEM.....	121
4.2.2. Alíquotas: o caso do minério de cobre.....	127
4.3. Responsabilidade pelo pagamento da CFEM, nas hipóteses de cessão e arrendamento de Direitos Minerários.....	129

5. A NÃO INCIDÊNCIA DA CFEM SOBRE O APROVEITAMENTO ECONÔMICO DE RECURSOS MINERAIS NÃO PERTENCENTES À UNIÃO: O CASO DO MANIFESTO DE MINA..... 133

5.1. A máxima de que inexistente direito adquirido contra a Constituição não é aplicável para permitir a incidência da CFEM no caso de Manifesto de Mina.....	139
5.2. Sendo a CFEM uma receita patrimonial (RE nº 228.800/DF), admitir sua incidência sobre recursos minerais privados implica desnaturar sua identidade jurídica.....	151

5.3. A causa de uma exação não se confunde necessariamente com sua finalidade: a causa da CFEM não reside na necessidade de reparação do meio ambiente, e, sim, na exploração econômica de um bem da União	154
5.4. Como a CFEM não é tributo, o parágrafo único, do art. 7º, do Código de Mineração, não é aplicável no caso de Manifesto de Mina	161
6. COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO: O ART. 23, XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.....	167
7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	183
8. REGIME JURÍDICO E PRAZO PARA A RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DA CFEM ..	191
8.1. Regime jurídico	191
8.2. Prazo para a restituição e compensação da CFEM.....	198
9. REAJUSTES DE PREÇO E VARIAÇÃO CAMBIAL.....	203
9.1. Venda de commodities: os ajustes constituem parte indispensável da formação do preço da mercadoria	204
9.2. A incidência da CFEM não sofre a repercussão de receitas e despesas financeiras decorrentes de variação cambial.....	211
10. A REFORMA DA CFEM PELA LEI Nº 13.540/2017.....	213
10.1. Metodologia de cálculo para o valor de referência	220
10.1.2. O Decreto nº 9.252, de 28 de Dezembro de 2017	220
10.1.3. A Portaria nº 239, de 23 de março de 2018.....	225

10.2. O consumo na Lei nº 13.540/2017.....	228
10.2.1. Aspectos gerais.....	228
10.2.2. Consumo mediante beneficiamento em estabelecimento de terceiros	229
10.3. O fato gerador da CFEM na venda entre empresas do mesmo grupo econômico.....	230
10.3.1. Histórico legislativo e práticas administrativas prévias à Lei nº 13.540/2017.....	230
10.3.2. Conclusão sobre o tema na Lei nº 13.540/2017.....	235
10.4. Alíquotas da CFEM sobre minério de ferro: entre a MP nº 789 e a Lei nº 13.540, de 2017, deve prevalecer a interpretação conforme a Constituição	239
10.5. Alíquotas da CFEM e o conceito de “demais substâncias minerais destinadas ao uso imediato na construção civil”.....	244
10.5.1. O conceito de “demais substâncias minerais”	244
10.5.2. O conceito de “destinadas ao uso imediato”.....	247
10.5.3. O conceito de “na construção civil”	248
10.5.4. O conceito de “demais substâncias minerais destinadas ao uso imediato na construção civil”	249
10.5.5. O sentido teleológico – ou extrafiscal – de uma alíquota mais baixa da CFEM para substâncias minerais destinadas ao uso imediato na construção civil	250
10.5.6. A interpretação histórica da expressão “destinado ao uso imediato na construção civil”	251
10.6. A inconstitucional vedação à dedução do frete e do seguro, na apuração da CFEM pela hipótese de saída por venda.....	255

10.6.1. Vulneração do art. 20, § 1º, da Constituição e do conceito de participação no resultado/ aproveitamento econômico de minério	256
10.6.2. Violação à isonomia e à livre concorrência.....	265
10.7. A CFEM, no consumo, cobrada sobre base que não seja o custo de produção é inconstitucional, assim como sobre preços parâmetros na exportação, em operações já praticadas em livre mercado.....	267
11. CONTROVÉRSIAS RELATIVAS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA DE CFEM.....	269
11.1. Ilegalidade das Notificações de Lançamento baseadas nos Relatórios Anuais de Lavra – RAL.....	269
11.2. Cerceamento de defesa por ausência de produção de prova pericial	273
11.3. Abusividade no arbitramento da base de cálculo	276
POSFÁCIO.....	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	287